

A SAÚDE DE PESSOAS *TRANS* NO ÂMBITO DO SUS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

THE HEALTH OF *TRANS* PEOPLE UNDER SUS: A LITERATURE REVIEW

¹VIANNA, Yuri Gabriel Ribeiro; ²BERBEL, Catiane Maria Nogueira

^{1e2}Departamento de Enfermagem- Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO/FEMM

RESUMO

O presente trabalho destaca a importância do SUS, enquanto um sistema universal de atendimento a promoção à saúde, bem como evidenciar a literatura da área de Ciências da Saúde, Saúde coletiva e a Enfermagem, quanto ao atendimento às pessoas *trans* nesse contexto. Diante do exposto, o trabalho tem como objetivo analisar a atenção à saúde das pessoas *trans*, no enfoque ao Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa apresenta um mapeamento da literatura sobre a saúde das pessoas *trans*, ainda tão marginalizada nos dias atuais. As reflexões ora apresentadas por meio da literatura, discorrem sobre os aspectos de saúde das pessoas *trans* em especial das travestis, como um princípio norteador de luta aos direitos de tal segmento da sociedade, assim como de resistência baseada nos princípios dos Direitos Humanos na figura da pessoa *trans*, dentro do contexto de atendimento do Sistema Único de Saúde do Brasil.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Transexualidade; Pessoas *Trans*.

ABSTRACT

The present paper highlights the SUS importance, within a universal system care for health promotion, as well as highlighting the literature in the Health Sciences Area, Public Health and Nursing, regarding care to transgender people in this context. Given the above, the work aims to analyze the trans people health care, focusing on the Unified Health System (SUS). The research presents a mapping that involves literature on the health of transgender people, still so marginalized today. The reflections now presented through the literature, discuss the health aspects of trans people, especially transvestites, as a guiding principle in the fight for the rights of such segment of society, as well as resistance based on the principles of human rights in the figure of trans person, within the context of care provided by the Brazilian Unified Health System.

Keywords: Unified Health System; Transsexuality; *Trans* People.

INTRODUÇÃO

O SUS tem como base a sua criação, enraizado pela Constituição Brasileira de 1988, a qual evidencia suas características, problemas e desafios. Apesar dos avanços do SUS, o Brasil está distante de dedicar a mesma atenção à saúde pública que os demais países que detêm um sistema público e universal. (MENDES; FUNCIA, 2016).

Torna-se imprescindível compreender mais a fundo o que diz a Lei 8.080/90 e a Constituição Federal de 1988 e assim, denotar a essência da lei que garante para a

população o acesso aos serviços públicos de saúde, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, sem qualquer tipo de discriminação. A saúde é um direito fundamental de todos e assim, configura-se como dever do Estado prover as condições indispensáveis para o seu pleno exercício, além de formular e executar políticas econômicas e sociais que tenham como objetivo a redução de riscos de doenças e outros agravos, além de estabelecer condições, que possam assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (SALUM, 2018).

Quando consideradas as transformações que a sociedade tem vivenciado, o Ministério da Saúde estabeleceu em 2008 no âmbito do SUS o Processo Transsexualizador, por meio da Portaria Nº 1.707 de 18 de agosto de 2008, a qual compreende estratégias de atenção à saúde durante o processo de transformação dos caracteres sexuais, pelos quais passam indivíduos transexuais e que deve ser realizado em serviços de referência devidamente habilitados à atenção integral à saúde, de forma a garantir o direito à saúde durante a passagem para a vivência social no gênero, em desacordo com o sexo de nascimento. (BRASIL, 2008).

No ano de 2013, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que busca contemplar as especificidades dos diversos grupos sociais, reconhecer os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT e mais do que nunca, garantir o acesso e atendimento integral à saúde, que configurou-se como um marco histórico de reconhecimento frente às demandas desta população em condição de vulnerabilidade. (BRASIL, 2013).

No contexto da identidade de gênero, a transexualidade envolve um fenômeno complexo, uma vez que ela apresenta elementos que não fazem parte do sexo biológico do cotidiano das pessoas. (ARÁN, 2006).

Sousa, Graupe e Locks (2015) apontam que falar sobre gênero na atualidade implica na desconstrução de conceitos historicamente construídos, bem como a compreensão de que a história e as questões de gênero estão interligadas fundamentalmente em questionamentos de papéis sociais destinados às mulheres e aos homens.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em nota publicada em 2015, explica gênero com a seguinte nota: “O gênero se refere às características socialmente construídas de mulheres e homens - como normas, papéis e relações

existentes entre eles. As expectativas de gênero variam de uma cultura para outra e podem mudar ao longo do tempo”. (OMS, 2015).

Uma vez que transexualidade envolve tais aspectos discordantes com a do sexo biológico das pessoas, há uma preocupação no que dizem respeito à saúde dessas pessoas, quais sejam, o tratamento, a busca no âmbito do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2013).

A Atenção Primária à Saúde (APS) foi elaborada com o intuito de ser o primeiro contato da população aos serviços, a “porta de entrada” e assim, deve coordenar o fluxo dos usuários entre os níveis de atenção, de maneira a garantir a equidade ao acesso e utilização adequada dos serviços e tecnologias ofertadas. Por meio de processos da gestão ao cuidado, entre os profissionais inseridos nesse cenário, destaca-se o enfermeiro, profissional que atua na realização de atividades organizacionais e de planejamentos, supervisão e organização da equipe de saúde, desenvolvimento e implementação de atividades de educação em saúde e ações para resolução de problema, estratégias de cuidado, o atendimento ao indivíduo, família e comunidade, de forma a promover a efetivação das políticas públicas e a equidade de acesso. (SALUM, 2018).

A Enfermagem é definida como a ciência do cuidado integral e integrador em saúde, seja na forma de coordenar as práticas de cuidado, ou na promoção e proteção à saúde dos indivíduos, famílias e comunidades. Devido à inserção ativa e proativa nos diferentes espaços de atuação profissional e especialmente, pelas possibilidades associativas e interativas com os diversos setores e contextos sociais, o cuidado de Enfermagem configura-se como uma prática social empreendedora. Desta forma, o enfermeiro é reconhecido como um articulador da saúde e assim, torna-se possível o apoio e coordenação dos atendimentos, práticas e atividades, além de planejar juntamente com a equipe as intervenções e abordagens necessárias junto à singularidade de cada indivíduo. (BACKES *et al.*, 2012).

Dada à importância da integralidade do cuidado e aumento da visibilidade da população LGBT, assim como concomitante criação de políticas públicas para esse coletivo de pessoas, suscita-se a necessidade de discutir esse assunto entre profissionais atuantes na atenção à saúde, em especial a APS, para que seja possível trabalhar de forma integral e humanizada no SUS e desta forma, prestar atendimento à esta população LGBT – em especial a população *trans* – de forma indiscriminada e efetiva (SALUM, 2018).

Nesse sentido, vale destacar a importância do SUS, enquanto um sistema universal de atendimento a promoção à saúde, bem como evidenciar a literatura da área de Ciências da Saúde, Saúde coletiva e a Enfermagem no atendimento às pessoas *trans* nesse contexto.

No que concerne à inclusão social, esta pesquisa justifica-se na medida em que abrange uma abordagem da saúde, assim como a sua conduta e abordagem de atendimento de pessoas *trans* no SUS e como são vistas perante a sociedade, no qual se destacam os aspectos diferenciados entre homens e mulheres e abarcam na visão de grupos tanto religiosos, quanto políticos acerca do preconceito social, ainda existente no mundo atual. (ANJOS, 2012).

Assim, a questão da exclusão, por meio do preconceito, torna-se importante no viés das atitudes sociais perante os mesmos, sua aprovação e valorização, indiferença ou neutralidade, reprovação ou condenação. (DANIEL; BAUDRY, 1977, p. 31).

Além disso, essa pesquisa contribuirá no olhar ampliado que o profissional da Enfermagem precisa desenvolver para contribuir no acesso e cuidados das pessoas *trans*, no que diz respeito às práticas e vivências em saúde. A pesquisa apresenta um mapeamento da produção científica sobre o cuidado à saúde das pessoas *trans*, ainda tão marginalizada nos dias atuais.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral, Analisar o cuidado à saúde das pessoas *trans* no Sistema Único de Saúde, assim como também apresenta como objetivos específicos: compreender a abordagem realizada pelos profissionais de saúde as pessoas *trans*; verificar como o profissional da enfermagem pode contribuir no acesso e cuidados das pessoas *trans*.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é teórica exploratória e descritiva. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico com fontes de informação primárias (aquelas precedidas da fonte do próprio autor: artigos de revistas, teses, dissertações, entre outros), fontes secundárias (obras derivadas das fontes primárias: manuais, dicionários, enciclopédias, entre outros).

A revisão da literatura foi realizada por meio das Plataformas de Pesquisa Google Acadêmico e Scielo. Para a busca e recuperação dos materiais serão utilizadas as seguintes strings de busca: Saúde AND *trans* AND SUS bem como as variações, travestis, e Sistema Único de Saúde.

Foram recuperados 10 trabalhos e foram selecionados 06 trabalhos para compor a análise dos trabalhos relacionados.

DESENVOLVIMENTO

Considerações sobre transexualidade

A homossexualidade, segundo Nunan, (2003, p.32) sempre foi vista como uma “[...] perversão do instinto sexual, causada pela degenerescência de seus portadores e, depois, como um atraso evolutivo ou retardamento psíquico que se manifestava pelo funcionamento feminino do homem”.

Nesse sentido, Pinho (2010, p.21) evidencia que “[...] a ocorrência da homofobia se materializa no insulto que pode estar presente na difamação ou nos atos de violência física ou psíquica”.

No contexto da identidade de gênero, a transexualidade envolve um fenômeno complexo, uma vez que ela apresenta elementos que não fazem parte do sexo biológico do cotidiano das pessoas. (ARÁN, 2006).

A vivência das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Queer (LGBTQ), configuram-se no seu cotidiano como um espaço de resistência e cidadania, por não representarem um padrão exposto pela sociedade heteronormativa atual. (ALMEIDA, 2012).

Nunan (2003) explica sobre as diferenciações sobre identidade de gênero, que significa como a pessoa se identifica, a qual pode ser cisgênero, a qual reconhece o corpo ao nascimento, e a transexualidade, além disso, traz essa questão como uma experiência subjetiva.

Na figura 1 apresenta-se o boneco de gênero, na qual apresenta-se a identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero

Figura1. Identidade de gênero, Orientação Sexual, Sexo Biológico e Expressão de Gênero



Fonte: <https://zenklub.com.br/identidade-de-genero/>

Além disso, Nunan (2003) comenta sobre o sexo biológico que está ligado diretamente a genitália, pênis ou vagina, enquanto a orientação sexual representa a heterossexualidade, bissexualidade e a homossexualidade.

Nessa discussão a luz dos estudos sobre sexualidades Pinho (2010, p.32), explica que “a *Teoria Queer* teve origem nos Estados Unidos em meados da década de 1980 a partir dos estudos sobre gays, lésbicas e feministas”. Essa teoria desconstrói a ideia de rótulos postulados pelo acrônimo LGBT.

Segundo Rocon *et al.* (2001) o Ministério da Saúde com base na Legislação, lançou a Política Nacional de Saúde Integral da comunidade LGBTQ, e assim integrou principalmente o nome social, que é um direito garantido das pessoas *trans*.

Bento (2014, p. 166) relata que o nome social:

“... traz dados para análise que nos permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas. Vale ressaltar, para fugir de análises dicotômicas e binárias, que ao lidar com a noção de “elite” não estou considerando-a como um todo homogêneo e contínuo”. (BENTO, 2014, p. 166)

No âmbito da saúde ser tratado pelo nome vai além da ideia de um símbolo como um nome social, mas uma conquista de resistência, sociabilidade. Nos ambientes de trabalho as conquistas de homens *trans* com os novos documentos fomenta essa visibilidade na sociedade atual.

Méllo (2012) explica que de todos os modos, persistem os usos do corpo, como uma massa moldável. O autor descreve ainda, a ideia de corpo como uma massa natural e que assim, pode ser aperfeiçoada por meio de diversos aspectos, entre os quais, destacam-se cirurgias plásticas, alimentação, exercícios físicos e entre outros.

No enfoque da transexualidade, a ideia de corpo como massa, apresentada por Méllo (2012), se configura como uma parte primordial para a construção do corpo transexual, a visão que é estabelecida e tomada mostra o desenho e a importância social.

Enfim, conforme apontado por Ottonicar *et al.* (2019) a construção social das pessoas LGBTQ, dá-se por meio de suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, envolve as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) onde as ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas.

O Cuidado da saúde das pessoas Trans no sistema único de saúde: os trabalhos relacionados

Conforme apresentada na seção de Metodologia apresenta-se no quadro 1 a síntese e os objetivos da revisão de literatura no que concerne os objetivos deste trabalho.

Quadro 1. Apresentação das Publicações Científicas

Título da publicação	Autor/ Ano
Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade.	Mello; Perilo; Braz e Pedrosa (2011)
Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde.	Cerqueira; Santos; Santos; Calvetti; Rocha; Moura; Barbosa; Hermel (2010)
Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais.	Silva; Silva; Coelho e Martiniano (2017)
As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa	Romano (2008)
Competência Cultural e Atenção à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais (LGBT)	Costa; Barros; Prado; Sousa; Cavadinha; Mendonça (2017)
Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos	Peres (2011)

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Em “*Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade*” os autores analisaram as políticas públicas de saúde voltadas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil, a partir de entrevistas com gestoras governamentais e com integrantes da sociedade civil organizada, além da análise crítica de planos, programas e outros documentos de referência. Por fim, apresentaram algumas diretrizes de desenvolvimento com foco na saúde das travestis no âmbito da universidade.

No trabalho intitulado “*Percepção de Usuários Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, Transexuais e Travestis do Sistema Único de Saúde*” os autores identificaram a possível presença de homofobia no contexto do atendimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em relação à prevenção e tratamento de DST/HIV/Aids nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Os autores destacam ainda que a homofobia aparece no discurso dos usuários, de forma a relacionar à condição de HIV positivo e especificidades de identidade de gênero.

A pesquisa “*Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais*” os pesquisadores discutiram o uso do nome social no SUS como ferramenta para efetivação do acolhimento, humanização e integralidade da assistência a travestis e transexuais, por meio da elaboração de um ensaio teórico-reflexivo, por meio de políticas públicas efetivas e assim, facilita-se a execução das ações em saúde e faz valer os direitos de cidadania e de saúde destes usuários.

Em “*As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa*”, apresenta-se o relato de experiência sobre o acolhimento das travestis no Programa Saúde da Família Lapa (PSF-Lapa), uma unidade de saúde de atenção básica, situada no bairro da Lapa, centro do Município do Rio de Janeiro. Destaca-se nesse ínterim, a importância da saúde da família para as travestis e transexuais no Brasil, em especial a cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa “*Competência Cultural e Atenção à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais (LGBT)*” objetivou analisar as produções científicas que abordam a competência cultural dos profissionais da saúde, em relação à população LGBT. Essa pesquisa de cunho mais teórico e bibliográfico,

apresentou um mapeamento acerca dos estudos sobre saúde aos estudos LGBT e assim, reafirmaram que os estudos nessa área ainda são incipientes.

Por fim, o trabalho intitulado “*Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos*” apresentam - se por meio de uma tessitura teórica o olhar das travestis em seus corpos meio de uma discussão entre os seus direitos e sociedade.

As pesquisas ora apresentadas discorrem sobre os aspectos de saúde das pessoas trans em especial das travestis, como um bojo de luta e resistência no contexto do sistema único de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou a temática acerca às discussões que envolvem os aspectos de gênero, em especial a transexualidade no âmbito do Sistema Único de Saúde. Assim, com base na revisão da literatura, concluiu-se que há uma denotável escassez de trabalhos que abordam a temática trans no contexto do sistema único de saúde, além disso, também há uma emergente demanda para a busca sobre a conceituação e aprendizagem por parte dos profissionais da saúde acerca das ideias sobre sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Enfim, as reflexões ora apresentadas por meio da literatura, discorrem sobre os aspectos de saúde das pessoas trans em especial das travestis, como um princípio norteador de luta aos direitos de tal segmento da sociedade, assim como de resistência baseada nos princípios dos Direitos Humanos na figura da pessoa *trans*, dentro no contexto de atendimento do Sistema Único de Saúde do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. Homens trans: novos matizes na aquarela da masculinidade? **Estudos feministas**, Florianópolis, v.7, n. 256, 2012.

ANJOS, G. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 222-252, 2012.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/agora/v9n1/a04v9n1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2019.

BACKES, Dirce Stein et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 223-230, 2012.

BARBERO, G. H. A legitimação contemporânea de vínculos homossexuais: novos caminhos de subjetivação e estruturação familiar. **Pulsional**, São Paulo, v. 16, n. 170, p. 18-26, 2003.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165, 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria Nº 1.707**, de 18 de agosto de 2008. 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

DANIEL, M.; BAUDRY, A. **Os homossexuais**. Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1977.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridadas. **Psicologia & Sociedade**, Recife v. 24, n. 1, p. 197-207, 2012.

MENDES, Aquilas; FUNCIA, F. O. SUS e seu financiamento. **Marques RM, Piola SF, Roa AC, organizadores. Sistemas de Saúde no Brasil: organização e financiamento**, Brasília, p. 139-168, 2016.

NUNAN, A. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Caravansaraí Editora, Rio de Janeiro, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. In: **Mulheres e Saúde**, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf?ua=1>. Acesso em: 10 maio 2020

OTTONICAR, S.L.C; et al. Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 484-512, mar. 2019. ISSN 1981-8920.

PINHO, F. A. Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). **Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP**, Marília, 2010.

ROCON, P.C; et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciênc Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016.

SALUM, M.E.G. Gestão do cuidado à pessoa trans na atenção primária à saúde. Florianópolis: Universidade federal de Santa Catarina, 2018.

SOUZA, L.A.B; GRAUPE, M.E; LOCKS, G.A. **Gênero na escola:** Políticas públicas para superar preconceito. PPGE/UNIPLAC, Curitiba: Ed. CRV, 2015.